

RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.045 - SP (2019/0032555-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **DENIS ATANAZIO - SP229058**
LUCIANA CAVALCANTI DE GODOY - PE025823
CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO -
PE020670
LIVIA CRISTINA DA SILVA SAAD AFFONSO - RJ162092
ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA -
SP344647
PABLO RODRIGO NAZARETH COSTA E OUTRO(S) - PE030463
CAMILA LIRA AFONSO FERREIRA PAIVA - PE035477
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983
RECORRIDO : **MARIA OLIMPIA GUINAMI DA CRUZ**
ADVOGADOS : **HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986**
JULIANO KELLER DO VALLE E OUTRO(S) - SP302568
INTERES. : **LUDOVINA DE MAGALHAES**
INTERES. : **LUIZ REAL**
INTERES. : **MARCIA REGINA SALLES DE OLIVEIRA**
INTERES. : **MARIA IZABEL DE ALMEIDA**
ADVOGADOS : **HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA E OUTRO(S) - SP279986**
JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568
INTERES. : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **FRANCISCO HITIRO FUGIKURA - SP116384**
MARIA SATIKO FUGI, E OUTRO(S) - SP108551
JOSE BENEDITO RAMOS DOS SANTOS - SP121609
LEILA LIZ MENANI - SP171477

DECISÃO

Vieram os presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça para apreciação de recurso especial em que se discute, entre outros temas, a responsabilidade securitária por danos estruturais verificados em imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, notadamente sobre a existência de interesse da Caixa Econômica Federal na lide.

Brevemente relatado, decido.

Estando pendente o julgamento do recurso especial, sobreveio a notícia de que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE n. 827.996/PR, decidiu, em 5/10/2018 e por maioria de votos, reconhecer a repercussão geral da matéria relativa a saber se a Caixa Econômica Federal detém interesse jurídico para ingressar, como parte

ou terceira interessada, nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do SFH e, conseqüentemente, se competiria à Justiça Federal o processamento de julgamento de ações dessa natureza.

Dado esse fato superveniente, o encaminhamento que agora se apresenta — seja por razões de economia processual, seja como forma de prevenir o indesejado surgimento de decisões conflitantes da Suprema Corte e deste Tribunal sobre a matéria — é o retorno deste processo ao Tribunal de origem, onde deverá esperar a conclusão do julgamento do referido recurso extraordinário.

Ante o exposto, determino a devolução destes autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, a fim de que lá permaneçam suspensos no aguardo da publicação do acórdão do RE n. 827.996/PR, quando então deverão ser adotadas, conforme o caso, as diretivas previstas nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator